

XIV Salão Iniciação Científica da PUCRS

O Tratamento de Informações Genéticas na Perspectiva de um Direito à Proteção de Dados Pessoais e a Autodeterminação

Luciane Oliveira Dummer¹, Profa. Dra. Regina Linden Ruaro² (Orientadora)

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Faculdade de Direito, Av.
Ipiranga, 6681 - Partenon - Porto Alegre/RS - CEP: 90619-900

Resumo

Esta pesquisa aborda a necessidade de uma regulamentação infraconstitucional para os dados pessoais no campo da informação genética e autodeterminação informativa, tanto o material genético, quanto os dados informatizados devem ser considerados dados genéticos, portanto há uma necessidade de uma legislação para a proteção não só do material genético, mas também das informações genéticas armazenadas em bancos de dados informatizados, informações estas que tratam da esfera íntima do indivíduo, da privacidade, da proteção de dados pessoais sensíveis, direitos fundamentais que devem ser tutelados.

Vivenciamos um novo estágio da história, as tecnologias induzem a uma nova conformação do tempo e do espaço, uma nova revolução, a revolução da nanotecnologia, onde o objeto da pesquisa está em estruturas nanométricas com a análise e manipulação de átomos e moléculas e suas aplicações e implicações no mundo jurídico que refletem na invasão dos direitos humanos.

É nessa realidade que os conflitos se estabelecem, entre evolução e liberdades individuais, bem como imposições hegemônicas da sociedade e a necessidade de proteção da intimidade genética dos indivíduos, para que o corpo humano não se reduza a apenas um feixe de informações através de sua digitalização ficando o indivíduo exposto ao aperfeiçoamento dos processos de controle mercadológicos e exacerbar as desigualdades sociais.

O objetivo da pesquisa está na busca de uma consonância do corpo tecnocientífico com o corpo axiológico com personalidade e intimidade, tendo como

valor basilar a autodeterminação informativa como um direito fundamental a ser tutelado para a proteção da coletividade e da dignidade da espécie humana.

Os métodos utilizados para a pesquisa são: o dedutivo, tendo como paradigma a legislação européia; o método dialético, pela necessidade do confronto de opiniões de diferentes correntes doutrinárias através de debates; o método comparativo e monográfico, fazendo uma comparação entre diversos autores e da interpretação sistemática do ordenamento jurídico brasileiro.

Palavras-chave

Privacidade; Dados Pessoais; Genética; Autodeterminação.